

SUMÁRIO

- Prefácio, 15
- Apresentação, 17
1. Introdução, 19
 2. Breves considerações sobre os princípios, 23
 - 2.1 Necessidade de delimitação do conceito de princípio e regra, 23
 - 2.2 Delimitação do conceito e importância dos princípios e das regras no ordenamento jurídico, 23
 3. Dos princípios contratuais na concepção clássica do liberalismo e sua influência no Código Civil de 1916, 35
 - 3.1 Panorama da consolidação dos princípios clássicos e de seus efeitos na formação do sistema jurídico-contratual do Código Civil de 1916, 35
 - 3.2 Autonomia da vontade, obrigatoriedade dos contratos e relatividade de seus efeitos – a liberdade de contratar como pilar de sustentação da disciplina do contrato, 40
 4. Transição do estado liberal para o estado social – a modificação na concepção dos contratos e o fortalecimento de novos princípios contratuais, 47
 - 4.1 A nova concepção do contrato à luz do estado social, em sucessão ao estado liberal, 47
 - 4.2 O sistema de cláusulas gerais como viga mestra dos princípios contratuais no Código Civil, 49
 - 4.2.1 Breves considerações sobre os conceitos indeterminados, 59
 - 4.3 Os novos princípios sociais do contrato, 62
 - 4.3.1 Boa-fé objetiva, 62
 - 4.3.2 Função social do contrato, 69
 - 4.3.3 Equivalência material das prestações e equilíbrio contratual – A vedação ao enriquecimento sem causa como pilar de sustentação da tutela ao equilíbrio do contrato, 77

- 4.3.3.1 Defeitos do negócio jurídico ligados aos vícios do consentimento, 79
 - 4.3.3.2 Cláusula geral de vedação ao enriquecimento sem causa na forma genérica – arts. 884 e seguintes – e na forma específica por meio de disposições distribuídas pelo Código Civil, 82
 - 4.3.4 Interpretação sistemática e teleológica dos novos princípios contratuais em cotejo com os princípios clássicos, 85
5. Da onerosidade excessiva por fato superveniente nos contratos civis, 91
- 5.1 Conceitos de resolução e de revisão do contrato por onerosidade excessiva, 91
 - 5.1.1 Distrato, 92
 - 5.1.2 Resilição unilateral, 92
 - 5.1.3 Resolução, 93
 - 5.1.3.1 Caso fortuito, força maior, morte e incapacidade superveniente como excludentes de responsabilidade na resolução, 93
 - 5.1.3.2 Não caracterização da exceção de contrato não cumprido como causa de extinção, 95
 - 5.1.3.3 Resolução por descumprimento contratual, 96
 - 5.1.3.4 Resolução e revisão por onerosidade excessiva, 103
 - 5.2 Breve histórico da cláusula *rebus sic stantibus* e das teorias sobre a modificação dos contratos diante de onerosidade excessiva decorrente de fato superveniente, 109
 - 5.3 Premissa acerca da extensão dos arts. 317 e 478, bem como esclarecimento terminológico sobre o uso dos vocábulos “credor” e “devedor”, 116
 - 5.4 A atual disciplina legal da resolução e da revisão dos contratos civis por onerosidade excessiva superveniente, 124
 - 5.5 Requisitos para resolução e revisão dos contratos, 128
 - 5.5.1 Existência de contrato de execução continuada ou diferida, 128
 - 5.5.2 Acontecimentos imprevisíveis e extraordinários, 133
 - 5.5.3 Onerosidade excessiva, 148
 - 5.5.4 Extrema vantagem ao credor, 154
 - 5.5.5 Ausência de mora do lesado, 156
 - 5.6 Impossibilidade de renúncia antecipada à incidência da cláusula *rebus sic stantibus*, 159

- 5.7 Revisão nos contratos com obrigações unilaterais – art. 480 do Código Civil, 162
- 6. Aplicação e efeitos da oferta de modificação equitativa do contrato prevista no art. 479 do Código Civil – alguns aspectos processuais, 167
- 7. Conclusões, 179
- Referências, 185
- Referências complementares, 195